

AMB faz diagnóstico do setor saúde no País

São Paulo — Desigualdades no atendimento, evasão e desvio de recursos, fraudes e falta de investimentos. Este é o perfil da saúde no Brasil traçado pela Associação Médica Brasileira (AMB) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no documento Diagnóstico da Assistência à Saúde no Brasil. Uma cópia do relatório, de 135 páginas mais anexos, foi entregue esta semana ao ministro da Saúde, Jamil Haddad.

No capítulo "A Política Atual de Financiamento do SUS", o documento denuncia que a "principal fonte de recursos para a seguridade social, que é justamente a

contribuição de empregados e empregadores, sofre uma evasão estimada (1988) de mais de 40 por cento" o documento entregue ao ministro cita também o relatório final da Comissão Parlamentar Especial para Estudos da Seguridade Social. De acordo com esse relatório, como se não bastasse a evasão, 11,8 por cento dos recursos da seguridade social são gastos em ações que não deveriam ser financiadas por este orçamento.

Há ainda, conforme o mesmo relatório, um débito acumulado, entre 1986 e 1990, de 12,2 bi-

lhões de dólares da União para com a Previdência. "Portanto", diz o documento da AMB, "há um desvio nos recursos do orçamento da seguridade social superior ao que é alocado pelo Tesouro Federal". "Este conjunto de problemas", prossegue o documento, "faz com que ocorra uma perda substancial de receitas da seguridade social, tendo como consequência um aumento crescente de encargos sobre aqueles que têm menor possibilidade de sonegar tributos: os assalariados".

Para a AMB, essa lógica é perversa. "A seguridade social, que

deveria ser um dos instrumentos do estado para diminuir as enormes desigualdades sociais existentes no País, funciona como um sistema que agrava estas desigualdades". Desigualdade também é a marca na estrutura e no atendimento à população. Além de apontar os problemas, o Diagnóstico da Assistência à Saúde no Brasil sugere alternativas para reverter a situação. A principal delas é aumentar o montante destinado à saúde. Hoje, o Brasil aplica apenas na área 4,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), o que o coloca na 63ª posição em investimento em nível mundial,

atrás de países como a Guatemala, por exemplo.

Combater as fraudes é outra recomendação. Hoje, o custeio de internações hospitalares é feito por meio de autorizações de internação (AIH). Cada estado recebe uma cota mensal, correspondente a cerca de um doze avos de dez por cento de sua população. "As AIHS", diz o relatório, "funcionam como verdadeiros cheques em branco em quantidade determinada, mas sem teto financeiro, emitidos pelo Ministério da Saúde sob controle dos estados".